

biodiversidade, pesca, turismo e gastronomia, prioritárias para subsidiar a estratégia de atuação econômica para o período de vigência do Plano.

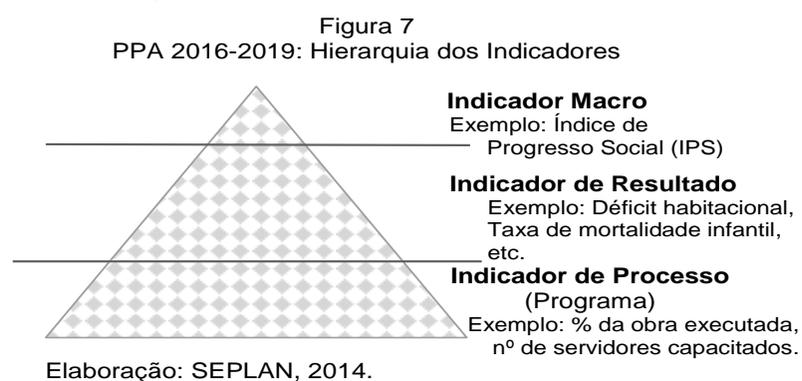
E, ainda, a implantação e adequação de sistemas modais ou intermodais de infraestrutura e logística para atendimento desses setores, por meio de iniciativas que valorizem a parceria público privada em investimentos estratégicos na malha rodoviária, hidroviária, ferroviária, portos e aeroportos; fomento à utilização de gás natural como fonte de energia alternativa; e a ampliação da conectividade e acessibilidade digital nos municípios paraenses. Essas ações visam contribuir para melhorar a integração e a acessibilidade nas diversas regiões estaduais.

Destaca-se que a superação da pobreza no Pará requer, necessariamente, amplo projeto de reestruturação da base produtiva e da infraestrutura e logística que permita a incorporação de todos no usufruto das riquezas geradas no território, considerando os limites e oportunidades impostos à região e ao estado, apoiado na gestão territorial e na intensificação do uso da fronteira aberta, no aumento da eficiência do uso dos recursos naturais e de produtividade, dentre outros, visando à inclusão social e produtiva da população paraense.

trabalho e ao longo do processo de escuta social, realizado previamente à elaboração do Plano, foram fundamentais para compreensão da diversidade regional e formulação dos desafios expressos no PPA 2016-2019.

✓ Indicadores

A análise de indicadores regionalizados nas Oficinas de Trabalho e no processo de escuta social foi fundamental para compreensão da dinâmica econômica, social e ambiental de cada região de integração para entendimento dos macroindicadores e seleção dos indicadores de processo e de resultado, complementares entre si, e que integram o Plano de forma hierarquizada (Figura 7).



3. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

A metodologia adotada no PPA 2016-2019 é resultado de reflexões críticas sobre os processos de elaboração dos planos anteriores, com o intuito de fortalecer o planejamento governamental sob o enfoque regional, considerando as potencialidades e peculiaridades de cada território.

Nesse sentido, compreender as especificidades regionais é indispensável para a definição de investimentos estratégicos e ações estruturantes que propiciem efeitos multiplicadores de internalização de benefícios na economia paraense, considerando a análise de indicadores regionais e o processo de discussão com a sociedade.

3.1 Parâmetros do Plano

✓ Regionalização

A dimensão regional do Plano está em conformidade com a determinação constitucional e com os decretos estaduais de nº 1.066, de 19 de junho de 2008, e de nº 1.346, de 24 de agosto de 2015, e possibilitou sua formulação a partir do (re) conhecimento das especificidades econômicas, sociais e ambientais de cada região, com vistas à redução das desigualdades sociais e regionais.

Nesse sentido, a análise e discussão dos perfis das 12 regiões de integração pela administração pública nas oficinas de

O *indicador macro* está alinhado à dimensão estratégica do planejamento e seus resultados dependem da realização de um conjunto de ações multisetoriais para consecução do macro-objetivo de governo.

O *indicador de resultado* alinha-se às dimensões estratégica e/ou tática do planejamento, será apurado ao final do período do Plano, preferencialmente regionalizado, e expressa, direta ou indiretamente, a execução das políticas públicas setoriais.

O *indicador de processo* alinha-se à dimensão operacional e mensura a eficiência e eficácia da utilização dos recursos públicos alocados nos programas e ações. Será apurado anualmente.

A seleção foi realizada a partir de todos os indicadores que compõem o Índice de Progresso Social (IPS) que mede os avanços sociais, segundo as dimensões de *Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos para o Bem-Estar e Oportunidades*, adotando-se, de forma pioneira e inédita, uma ferramenta baseada em fundamentos de qualidade de vida das pessoas. E, ainda, indicadores emblemáticos utilizados para mensuração de políticas sociais, ambientais e econômicas. Nas duas situações considerou-se a tempestividade dos dados e a capacidade de aferição regional dos mesmos.